Regulamentação aplicável | Documentação

Para um melhor esclarecimento de alguns dos assuntos aqui abordados deverão ser lidos os respetivos diplomas legais. Destacamos abaixo alguns dos diplomas mais importantes, não dispensando a consulta da informação publicada na página da Faculdade. Todos os regulamentos e diplomas legais estão disponíveis através de [Cursos >](#)

Documentos.

- Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da Universidade do Porto ([Regulamento n.º 707/2018, de 23/10](#))
- Regulamento de Propinas da Universidade do Porto ([Regulamento n.º 723/2020, de 31/08](#))
- Regulamento de Creditação de Formação e de Experiência Profissional da Universidade do Porto ([Regulamento n.º 42/2019, de 10/01](#))
- Regulamento do Estudante a tempo parcial na Universidade do Porto ([Regulamento n.º 281/2019, de 28/03](#))
- Regulamento do número máximo de créditos a que cada estudante se pode inscrever em cada ano e semestre letivo ([Regulamento n.º 844/2018, de 19/12](#))
- Regulamento do Estatuto do Trabalhador-Estudante da Universidade do Porto ([Regulamento n.º 40/2022, de 13/01](#))
- Regulamento do Estatuto de Estudante Internacional ([Decreto-Lei n.º 20/2025, de 18/03](#))
- Regulamento de Atribuição do Título de Doutoramento Europeu pela Universidade do Porto
- Regulamento de Doutoramento em Regime de Cotutela Internacional da Universidade do Porto ([Regulamento n.º 280/2019, de 28/03](#))
- Legalização de documentos estrangeiros ou emitidos no estrangeiro a apresentar em sede de candidatura ([Despacho n.º GR 04/06/2021](#))
- Propinas de Bolseiros FCT ([Despacho n.º GR 06/06/2021](#))
- Inscrição em terceiros ciclos de estudos com ano curricular desfasado do calendário anual ([Deliberação do Conselho Geral de 5 de fevereiro de 2021](#))

Creditação de formação anterior e experiência profissional

➤ Como e onde requerer:

Os pedidos de creditação devem ser efetuados via web, dentro dos prazos abaixo indicados, nos seguintes moldes:

1. No momento de submissão de candidatura a um ciclo de estudos: através da opção "Pretende efetuar um pedido de creditação: Sim" » "Pedido de Creditação".
- Após inscrição no ciclo de estudos: através da página pessoal de estudante, após aceder ao percurso académico, através da opção "Reconhecimentos" » "Lista de pedidos de reconhecimentos" » "Criar Pedido de reconhecimento".

➤ Prazos

Os pedidos de creditação só podem ser apresentados:

1. no ato de candidatura a um ciclo de estudos/curso para que se pretende a creditação;
2. no ato de candidatura a reingresso;
3. no ato de inscrição do estudante em ano letivo, quando a formação ou experiência profissional ocorreu no ano letivo anterior ou;
4. excecionalmente, por decisão do órgão competente da Faculdade poderá ser autorizada:
 - a. Uma segunda fase para apresentação de pedidos de creditação quando a publicação de resultados de avaliação relativos ao ano letivo anterior tenha ocorrido depois do termo do prazo para apresentação destes pedidos;
 - b. No ato de inscrição do estudante em ano letivo, a apresentação do pedido de creditação de formação ou de experiência profissional realizada em anos anteriores ao último ano letivo, quando esta se situa claramente na(s) área(s) científica(s) das unidades curriculares em que o estudante se inscreve.

Após conclusão do processo de creditação, e caso necessário, poderá solicitar via email (pos.graduacao@fc.up.pt) a alteração da sua inscrição num prazo máximo de 10 dias úteis.

➤ Creditação de formação realizada no estrangeiro

Será necessária a apresentação de comprovativo emitido pelas autoridades competentes reconhecendo a instituição em que a habilitação foi obtida como fazendo parte do seu sistema de ensino superior, através de:

- Declaração emitida pela Direção Geral do Ensino Superior (DGES), a atestar o nível das formações estrangeiras para efeitos de pedido de equivalência/reconhecimento, em acordo com o procedimento definido no endereço: <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/declaracoes-naric>;

ou

- Declaração emitida pelas autoridades competentes do país em que a habilitação foi obtida, reconhecendo a instituição como fazendo parte do seu sistema de ensino superior.

➤ Emolumentos

Ponto 13 da Tabela de Emolumentos da Universidade do Porto que poderá consultar na página da Faculdade em:

[Cursos > Documentos](#) > Informação comum aos 3 ciclos de estudo > Tabela de Emolumentos.

Regime de frequência integral/parcial

Em **regime integral**, os estudantes podem inscrever-se em unidades curriculares até um máximo de 75 ECTS, sendo que aquando da inscrição no primeiro ano pela primeira vez o limite é de 60 ECTS.

Em **regime parcial**, os estudantes apenas se podem inscrever até um máximo de 37,5 créditos ECTS anuais.

No caso de ser uma inscrição em tese, considera-se que para completar um ano curricular o estudante deverá realizar o correspondente a duas inscrições anuais em tempo parcial.

Os estudantes Bolseiros FCT, tendo em conta o regime de exclusividade em que se encontram, não podem optar pela inscrição em regime parcial.

➤ **Alteração de regime:**

- Terá de ser efetuada no ato de inscrição no ano letivo;
- Os trabalhadores-estudantes poderão requerer a mudança de regime integral para regime parcial no início do segundo semestre, respeitando o limite de créditos do regime parcial;
- Fora dos prazos definidos no regulamento de regime do estudante a tempo parcial da U.P, qualquer pedido de alteração será liminarmente indeferido.

Estatuto de trabalhador-estudante

➤ **Prazos**

De acordo com o [Regulamento do Estatuto do Trabalhador-Estudante da Universidade do Porto](#), o requerimento deverá ser submetido no **ato da matrícula/inscrição** ou, se tal não for possível, no **prazo máximo de 20 dias úteis após o início do ano letivo**. Pode ainda ser requerida a concessão do estatuto para o segundo semestre do ano letivo, desde que o requerimento seja apresentado **até 20 dias úteis a contar do início do segundo semestre**.

➤ **Requerimento**

O **modelo de requerimento** encontra-se disponível na página da Faculdade, acessível através de [Cursos > Documentos](#) > Estatuto Trabalhador-Estudante. Ao requerimento deverão ser anexados os documentos comprovativos exigidos conforme a situação profissional.

➤ **Submissão do Requerimento**

- **Submissão por via eletrónica**, com os documentos comprovativos com assinatura eletrónica qualificada (não são aceites assinaturas digitalizadas) para pos.graduacao@fc.up.pt;
- **Submissão em papel via correio**, com os documentos comprovativos originais carimbados para:
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto - Unidade de Pós-Graduação Sala 0.07
Rua do Campo Alegre s/n, Edif-FC5, 4169-007 Porto
- **Submissão presencial nos serviços académicos**, com os documentos comprovativos originais carimbados. O horário de atendimento presencial pode ser consultado em:
https://sigarra.up.pt/fcup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=56113

➤ **Manutenção da matrícula**

Os estudantes que, no ato de inscrição ou no início do ano letivo, solicitem a atribuição/renovação do estatuto de trabalhador-estudante, podem, simultaneamente com tal pedido, requerer a **manutenção da matrícula durante um**

ano sem inscrição, desde que comprovem, para o efeito, a necessidade inadiável de interromper os estudos por motivos profissionais. No caso de deferimento de ambos os pedidos cumulativos referidos no número anterior, não serão devidas propinas nesse ano letivo.

Esta **suspensão é excecional** e apenas pode ser utilizada uma vez durante o percurso académico do estudante num determinado ciclo de estudos.

Estudantes internacionais – Possibilidade de aplicação de estatuto nacional

De acordo com o [Decreto-Lei n.º 20/2025, de 18 de março](#), **não é considerado estudante internacional** quem se encontrar em qualquer uma das seguintes situações:

- a) For nacional de um Estado-Membro da União Europeia ou nacional de um Estado Parte no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu;
- b) For familiar¹ de nacional português, de nacional de outro Estado-Membro da União Europeia ou de nacional de um Estado Parte no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, independentemente da sua nacionalidade;
- c) Não sendo nacional de um Estado-Membro da União Europeia, nem de um Estado Parte no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, e não estando abrangido pela alínea anterior, residir legalmente em Portugal há mais de dois anos, de forma ininterrupta, em 1 de janeiro do ano em que pretende ingressar no ensino superior, bem como os seus filhos que com ele residam legalmente (o tempo de residência com autorização de residência para estudo apenas releva durante o período em que o estudante se encontre a frequentar o ensino secundário em Portugal);
- d) For beneficiário, em 1 de janeiro do ano em que pretenda ingressar no ensino superior, de estatuto de igualdade de direitos e deveres concedido ao abrigo de tratado ou de acordo internacional celebrado entre o Estado Português e o Estado de que é nacional;

Todos os estudantes que ingressem no ensino superior **mantêm a qualidade de estudante internacional até ao final** do ciclo de estudos em que se inscreveram inicialmente ou para que transitem, mesmo que, durante a frequência de qualquer desses ciclos de estudos, lhes venha a ser concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres ao abrigo de tratado ou de acordo internacional celebrado entre o Estado Português e o Estado de que são nacionais.

Excetuam-se os estudantes internacionais que **adquiram a nacionalidade portuguesa**, a de outro Estado-Membro da União Europeia ou a de um Estado Parte no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu. **A cessação da aplicação do estatuto de estudante internacional** em consequência da aquisição de nacionalidade produz efeitos **no ano letivo subsequente à data da aquisição da nacionalidade**.

¹ Como definido no [Regulamento n.º 664/2018](#)

Desistência de frequência do ciclo de estudos

➤ Prazos

De acordo com o [Regulamento de Propinas da Universidade do Porto](#), pode ser solicitada a desistência de frequência do ciclo de estudos, através de requerimento dirigido ao Diretor da Faculdade, sendo que:

- a) Caso o pedido seja apresentado até ao fim do primeiro semestre de cada ano letivo, é devido o pagamento de todas as prestações vencidas, bem como a do mês em curso, à data do pedido.
- b) Caso o pedido seja apresentado após o fim do primeiro semestre é devida a totalidade da propina.

➤ Exceções

- a) Independentemente do ano letivo em que se encontra inscrito, se a decisão da **bolsa FCT** for negativa e o estudante pretender desistir da frequência em consequência dessa decisão, deve formular pedido de desistência num prazo não superior a 15 dias úteis sobre a data de comunicação da decisão final, por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, não podendo ser reconhecida a formação realizada;
- b) Os **estudantes internacionais** que, sendo obrigados à obtenção do visto de residência para efeitos de estudos, vejam o seu pedido indeferido podem solicitar a desistência de frequência do ciclo de estudos no prazo de 10 dias a contar da notificação do indeferimento do pedido de visto;
- c) Os estudantes que no ato de inscrição requeiram ou tenham requerido **creditação de formação anterior** podem solicitar a desistência de frequência do ciclo de estudos, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão sobre o requerimento de creditação efetuado.

Nas situações referidas nos pontos b) e c), é devido apenas o pagamento da primeira prestação de propinas, exceto se os estudantes tiverem obtido aproveitamento em unidades curriculares e pretendam a respetiva certificação, caso em que se aplicam as modalidades de pagamento da propina definidas na U. Porto.

Os valores devidos pelo estudante na sequência de desistência de frequência de ciclos de estudos conferente de grau são pagos até termo da última prestação mensal da propina definida.

Suspensão da contagem dos prazos

De acordo com o [Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da Universidade do Porto](#), assim como o [Despacho n.º 5986/2023](#), a contagem do prazo para a entrega e para a defesa da tese pode ser suspensa por decisão da Diretora da Faculdade ouvido o Conselho Científico. Aplicabilidade, prazos e procedimentos deverão ser consultados no diploma legal mencionado acima, nomeadamente no artigo n.º 15.

Redação da Tese em Formato de Artigos

Nos termos do n.º 2 do Artigo 4.º do Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos da Universidade do Porto e do Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, com a nova redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto, **os estudantes poderão em alternativa à apresentação de uma tese no formato clássico, submeter**

um mínimo de dois artigos publicados (no formato original de publicação – PDF original) **e, eventualmente, artigos aceites/submetidos/em preparação.**

Complementa a regulamentação anteriormente mencionada o documento com as Recomendações para a preparação de Teses de Doutoramento, do Conselho Científico da FCUP.

- [Recomendações do Conselho Científico para Redação de Teses](#)
- [Minuta de Requerimento - Redação em Forma de Artigos](#)

Desta forma, todos os pedidos deverão ser instruídos tendo por base a minuta acima e as mencionadas recomendações. Os pedidos de redação da Tese em Formato de Artigos devem ser entregues junto da [secretaria departamental](#) responsável pelo ciclo de estudos.

Título de Doutoramento Europeu

O “Doutoramento Europeu”, aprovado pela Confederação dos Conselhos de Reitores Europeus, constitui um título associado ao grau de doutor atribuído por universidades europeias, que pode ser requerido pelo estudante através de um formulário próprio. O mesmo não é um grau, nem um grau conjunto de duas ou mais universidades. As condições para atribuição deste título encontram-se estipuladas do [Regulamento de Atribuição do Título de Doutoramento Europeu pela Universidade do Porto](#).

Doutoramento em Regime de Cotutela Internacional

O regime de cotutela internacional pressupõe a existência de um acordo de cooperação entre as instituições parceiras e aplica-se aos estudantes que, ao abrigo de um acordo prévio específico de cotutela, se inscrevem em programas doutorais congéneres reconhecidos como tal pela Universidade do Porto e pela Universidade estrangeira parceira, frequentem esses programas doutorais sob a orientação de um professor de cada Universidade.

A atribuição do grau de doutor pela Universidade do Porto, com referência expressa ao regime de cotutela internacional, é conferido num ramo de conhecimento ou sua especialidade (quando prevista), enquadrado(a) por um terceiro ciclo acreditado e respeitando as condições fixadas no Regulamento de Doutoramento em Regime de Cotutela Internacional da Universidade do Porto ([Regulamento n.º 280/2019 28/03](#)).

Formas de pagamento

As formas de pagamento podem ser consultadas em:

https://sigarra.up.pt/fcup/pt/WEB_BASE.GERA_PAGINA?p_pagina=1032608

Prazos de pagamento

A propina de cada ano letivo pode ser paga:

- De uma só vez, no ato de matrícula/inscrição.
- Em dez prestações mensais, sendo a primeira devida no ato da matrícula/inscrição e as restantes, nos meses subsequentes ao início do ano letivo até ao último dia de cada mês, de acordo com o calendário letivo do ciclo de estudos.

Excetuam-se das situações referidas no número anterior:

- Estudantes que, comprovando inequivocamente as suas efetivas carências económico-financeiras, sejam autorizados pelo(a) Diretor(a) da Faculdade a cumprir um plano de pagamentos distinto destes.
- Estudantes a frequentar o ciclo de estudos ao abrigo de acordos de cooperação, caso em que a propina será paga em conformidade com o que for estabelecido no respetivo acordo.

Propina e Emolumentos

➤ Propina

O valor da **propina anual** aplicável aos estudantes de Doutoramento, definido anualmente, deverá ser consultado na página de cada curso, no ano letivo em causa.

➤ Taxa de Matrícula

De acordo com o estipulado na [Tabela de Emolumentos da Universidade do Porto](#) a admissão a terceiros ciclos de estudos possui uma taxa de matrícula de 100€. A mesma deverá ser paga no momento da matrícula.

➤ Seguro Escolar

Em cada ano letivo, no ato de inscrição, os estudantes deverão pagar o seguro escolar, no valor de 2€. Este valor é definido anualmente.

➤ **Taxa de admissão a provas académicas**

De acordo com o estipulado na [Tabela de Emolumentos da Universidade do Porto](#) a admissão a provas académicas no âmbito de doutoramento está vinculada ao pagamento uma taxa de 500€, que deverá ser paga aquando a submissão, após a análise dos Serviços Académicos.

➤ **Notas**

São **devidas integralmente as propinas correspondentes ao ano letivo em que a tese de doutoramento é entregue**, nomeadamente todas as prestações vencidas ou vencendas.

Excetuam-se os casos em que o estudante **entregue a tese nos primeiros noventa dias úteis a contar da data concreta de início do ciclo de estudos** em conformidade com o definido na proposta de vagas e funcionamento objeto de aprovação, desde que, tendo uma matrícula/inscrição válidas no ano letivo anterior, tenha efetuado as inscrições e os pagamentos de propinas correspondentes à duração normal do ciclo de estudos, a tempo integral ou a tempo parcial e de acordo com as regras estabelecidas no Regime do Estudante a Tempo Parcial da Universidade do Porto.

Pagamento por entidade externa

Nos casos em que o valor de propina seja financiado por **entidades externas**, o estudante é sempre responsável pelo cumprimento do pagamento, caso a entidade não realize o mesmo, ficando sujeito às consequências de não pagamento previstas no artigo 7º do Regulamento de Propinas da Universidade do Porto.

Candidatos a Bolsa FCT/Bolseiros FCT

1. Os estudantes de doutoramento que se tenham **candidatado a bolsa da FCT** devem entregar, no ato de inscrição, comprovativo dessa candidatura, ficando a forma de pagamento dependente do resultado da candidatura.
2. No caso de estudantes internacionais, se a propina definida para o doutoramento para estudantes internacionais for **superior a 2750€**, deverá ser apresentado um pedido formal à Diretora da Faculdade, conforme o [Despacho n.º 10/11/2024](#), para **redução da propina em conformidade com a bolsa de estudos da FCT**.
3. Os estudantes de doutoramento que se **tenham candidatado a bolsa da FCT e a não tenham obtido**, mas pretendam manter-se matriculados e inscritos num programa doutoral, deverão pagar num prazo não superior a quinze dias úteis sobre a data de comunicação da decisão final da FCT após audiência de interessados, os valores da propina correspondentes à inscrição realizada. Para isso, devem contactar a Unidade de Pós-Graduação após saída dos resultados por forma a atualizar a sua conta corrente.
4. Os estudantes de doutoramento que se **tenham candidatado a bolsa da FCT e a tenham obtido**, deverão informar a Unidade de Pós-Graduação, no prazo de 15 dias úteis contados desde a comunicação da decisão

por parte da FCT. Deverão ainda enviar o contrato devidamente assinado e acompanhado da declaração da FCT com a indicação dos montantes a serem pagos à instituição, assim que os mesmos estejam disponíveis.

5. Nos termos do despacho Reitoral n.º GR 06/06/2021, quando um bolsheiro da FCT decide apresentar a sua tese e submeter-se a provas públicas antes do termo do ano a que reporta a bolsa atribuída pela FCT, por norma esta procede, em anos posteriores, a acertos correspondentes aos meses que resultaram dessa antecipação. Em tal situação ficará o estudante responsável pelo pagamento de parte da propina que não tiver sido paga pela FCT, ainda que já tenha concluído o ciclo de estudos.

Inscrição condicionada

A inscrição do estudante encontrar-se-á neste estado até regularização do pagamento da 1ª prestação de propina e não poderão ser emitidas certidões. No caso de candidatos a bolsa FCT, os mesmos deverão enviar um comprovativo de candidatura a bolsa para a Unidade de Pós-graduação.

Incumprimento do pagamento

Nos termos da Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, o incumprimento do pagamento da propina tem como única consequência o **não reconhecimento dos atos académicos** realizados no período a que a obrigação reporta.

Considera-se haver incumprimento do pagamento das propinas quando não for feito o seu pagamento no ato de matrícula/inscrição, ou **não for cumprido o prazo para entrega de qualquer das prestações**, ou não for cumprido o plano de pagamentos ou o acordo.

Em Doutoramentos com componente letiva, e caso esteja prevista a possibilidade de melhoria, não é permitida a **inscrição em exame de melhoria** de classificação às unidades curriculares relativamente às quais os atos académicos não são reconhecidos, como efeito do incumprimento do pagamento da propina, e enquanto este se mantiver.

A **emissão de qualquer certificação** relativa à formação realizada no período a que a obrigação reporta só será efetuada em caso de situação regularizada do pagamento de propinas.

O não cumprimento de eventuais valores em dívida poderá desencadear outros **procedimentos legais**.